

Aula 7

A LIBERDADE HUMANA FRENTE AO PROBLEMA DO MAL

META

Fornecer suporte teórico no âmbito da linguagem para a elaboração de um discurso filosófico fundamentado sobre a problemática do mal na filosofia de Agostinho de Hipona

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Estruturar a problemática do mal no plano metafísico e no plano ético-moral conforme esquema agostiniano.
Entender a refutação agostiniana para a causa do mal na cosmologia maniqueísta.

Nilo César Batista da Silva

INTRODUÇÃO

O Diálogo Sobre o *Livre Arbítrio* (388-395), pertence ao grupo dos *Diálogos de Cassiciaco* em que Agostinho pretende formular problemas filosóficos de alcance universal, a saber, a liberdade humana frente aos desafios do mal.

A obra supracitada poderá ser sumariamente classificada como grande tratado de moral medieval entrelaçada na teoria do conhecimento de Agostinho de Hipona, cujo itinerário a ser percorrido ao longo dos capítulos será pautado em cinco pontos, a seguir: i) situar a gênese do problema do mal a partir do seu contexto filosófico, apresentando as principais correntes que influenciaram a resposta de Agostinho ao problema do mal, especialmente o maniqueísmo e o neoplatonismo; ii) oferecer resposta ao problema do mal tendo como base de argumento a concepção que o mal não é algo natural na criação, mas fruto de uma desordem introduzida pela livre vontade do homem. O exame da questão passará por três campos de abordagens: físico, metafísico-ontológico e ético-moral; iii) Agostinho demonstra com evidência que através do apurado processo de ascensão ao conhecimento racional podemos reconhecer a existência do autor de todos os bens, isto é, Deus, para o qual devem voltar-se todas as capacidades do homem, especialmente a vontade, essa que deve orientar-se pela reta razão, posto que, para Agostinho, somente os seres racionais possuem vontade livre. Sem dúvida, podemos perceber como a teoria do conhecimento e a teoria moral agostiniana relacionam-se entre si; iv) a obra visa fixar com centralidade o conceito de vontade, evidenciando seu natural atributo que é ser livre e autodeterminante, bem como sua nobre função de orientar as ações morais do homem, desde o conhecimento e a utilização «*uti*» das coisas presentes no mundo até aquele único que merece o ser fruído «*frui*» e amado por si mesmo, o Deus criador a fonte da verdadeira felicidade; v) por fim Agostinho quer frisar a relação existente entre o livre-arbítrio da vontade e a responsabilização do agente moral, enfatizando que o problema do mal está intimamente ligado a este atributo da vontade, o livre-arbítrio, uma vez que Agostinho o reconhece como o único fator determinante da responsabilidade humana pelas ações morais.

A adesão de Agostinho a doutrina do maniqueísmo não perdurou por muito tempo, por não encontrar soluções persuasivas para solucionar a suas indagações sobre a origem do mal - Quem será o autor do mal? A perenidade das questões que situam em torno dessa discussão faz do hiponense um autor incontornável da cultura Ocidental. Assim em defesa do livre-arbítrio da vontade como bem médio, Agostinho afirma que o mal se radica na vida humana quando a vontade se afasta do bem imutável que é a fonte da sabedoria.

ONDE ESTÁ A ORIGEM DO MAL?

A investigação sobre a origem do mal recebe na filosofia de Agostinho uma reformulação muito singular e se prolonga por toda Idade Média. Agostinho ao assimilar os princípios da metafísica neoplatônica e do cristianismo coloca-se diante de um dilema cuja solução se reveste de alguma complexidade. A tarefa filosófica que se impõe ao hiponense será a de encontrar argumentos para mostrar que toda realidade depende na sua existência específica, de um Princípio único de ser. A propósito desse princípio o estudo sobre a natureza do mal será estruturado em dois planos, a saber: primeiro, o hiponense na tentativa de solucionar o problema do mal adota uma abordagem ontológico-metafísica, assimilando categorias filosóficas especificamente do neoplatonismo, logo obteve na intuição a resposta de que por meio da abordagem ontológica-metafísica não se pode explicar a origem do mal. Nisso conclui-se que o mal não é nada, não tem substância nenhuma e, portanto, não passa de acidente ou, distanciamento do bem, isso quer dizer, o mal não tem ser. O mal para o filósofo de Hipona é uma privação do bem, pois o mal como tal não existe. Deus é a fonte de todas as coisas boas. Logo, o mal não pode originar-se de Deus. Sendo o mal um não-ser, tornar-se-ia impossível que alguém tenha lhe dado o Ser, nesse caso, Deus nunca seria a causa do mal, porque Deus é ser, logo as suas criaturas humanas têm participação no ser.

Em segundo momento, a abordagem passa do plano ontológico-metafísico para o campo ético-moral, onde há uma conexão do mal com o pecado, ou seja, o mal deve estar no campo da moral, portanto, tem suas raízes nas ações morais do homem. Logo, a centralidade da questão deve estar vinculada a liberdade do homem e não a perspectiva natural cosmológica ou divina. Há no homem uma vontade livre que do ponto de vista moral deverá ser utilizada para o bem, nesse caso depende exclusivamente da vontade.

De imediato vimos que Agostinho propõe retirar do mal o caráter de substancialidade antes atribuído pelos maniqueus na tentativa de integrar o mal na escala da mundividência, cuja realidade deve ser entendida não a partir da ideia de substância, mas a partir da noção de relação. Com efeito, colocando o mal na qualidade das ações humanas que Agostinho compreende tal realidade à luz da noção de relação. Em escritos de *Confissões*, VII, 3, 4, lê-se que Agostinho retira do mal a condição de criatura, enquanto ser criado por Deus.

O livre arbítrio é a causa do mal?

III. 4. Mas, também ainda, embora dissesse e acreditasse firmemente que és incontaminável e inalterável e sob nenhum aspecto mutável, tu, nosso Deus, Deus verdadeiro, que criaste não só as nossas almas, mas também os nossos corpos, e não apenas as nossas almas e os

nossos corpos, mas também todos nós e todas as coisas, não tinha por explicada e esclarecida a causa do mal. Fosse ela qual fosse, porém, via que era preciso procurá-la de modo a que, graças a ela, não fosse obrigado a acreditar que é mutável o Deus imutável, ou que eu próprio me convertesse naquilo que eu procurava. E assim, procurava-a em segurança e certo de que não era verdade o que diziam aqueles que eu evitava com toda a minha alma, porque os via, procurando donde provinha o mal, cheios de maldade, em virtude da qual eram de opinião que é mais a tua substância que está sujeita a sofrer o mal, do que a deles a fazê-lo.

5. E esforçava-me por compreender o que ouvia: que o livre arbítrio da vontade é a causa de praticarmos o mal e o teu reto juízo a de o sofrermos, mas não conseguia compreender essa causa com clareza. E assim, tentando arrancar do abismo o olhar do meu espírito, afundava-me de novo, e muitas vezes tentava e me afundava uma e outra vez. Na verdade, elevava-me para a tua luz o fato tanto de saber que tinha uma vontade como o de saber que vivia. Por isso, quando queria ou não queria alguma coisa, tinha absoluta certeza de que quem queria ou não queria não era outro senão eu. E via, cada vez mais, que aí estava a causa do meu pecado. E aquilo que fazia contra vontade via que era mais padecer do que fazer, e julgava que isso não era culpa, mas castigo, pelo qual, como eu logo confessava, considerando-te justo, era castigado não injustamente. Mas de novo dizia: ‘Quem me fez? Porventura não foi o meu Deus, que é não apenas bom, mas o próprio bem? Donde me vem então o querer o mal e o não querer o bem? Será para haver um motivo para que eu seja castigado justamente? Quem colocou isto em mim, e plantou em mim este viveiro de amargura, embora todo eu tenha sido feito por um Deus tão doce? Se o autor é o diabo, donde veio o mesmo diabo? Mas se também ele, por uma vontade perversa, de anjo bom se tornou diabo, donde lhe veio, também a ele, a má vontade pela qual se tornaria diabo, quando o anjo, na sua totalidade, tinha sido criado por um criador sumamente bom? De novo me deixava abater e sufocar com estes pensamentos, mas não me deixava arrastar até àquele inferno do erro, onde ninguém te confessa, quando se julga que és tu a padecer o mal, e não o homem que o pratica.

Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *Confissões*. VII, 3, 4. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Introdução de Manuel Barbosa da Costa Freitas. 2ª edição, edição bilingue português/latim. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004, p. 271

O livre-arbítrio da vontade não é um mal em si, mas pode ser a causa pela qual agimos mal. Agostinho reconhece que o fim da moralidade é a “reta ordem” da vontade, porque a vontade se reconhece na ordem divina,

ao passo que o mal (desordem) consiste na transgressão culposa dessa ordem divina. "Deus, autor das naturezas, não dos vícios, criou o homem reto; mas o homem, depravando-se, por sua própria vontade, e justamente condenado, gerou seres desordenados e condenados (Cf. *Cidade de Deus*, XIII, 24). O problema não está na vontade enquanto bem e dádiva do criador, mas consiste no valor e na intensidade do amor que a vontade humana atribui às coisas criadas, entretanto, para saber qual o valor e a intensidade de amor que devemos atribuir às coisas, Agostinho defende que, segundo a ordem natural ou "reta ordem" não devemos antepor as coisas superiores às inferiores, mas dar a cada um o que lhe é devido. Conforme Marcos Costa, Agostinho "partindo do pressuposto de que a finalidade da moralidade é garantir a perfeita ordem ou a "reta ordem" dos valores, desenvolve no vocabulário latino dois termos importantes para nossa análise, a saber, *uti-frui* como princípio da moralidade, através do qual, pela vontade livre, o homem distingue as coisas a serem gozadas das coisas a serem usadas". (Cf. COSTA, Marcos, 2009, p. 30). Com efeito, a desordem tem sua origem na inversão que a vontade pode operar, quando amamos as coisas e usamos o nome de Deus em vão, onde o correto seria amar a Deus sobre todas as coisas e utilizar as coisas no seu fim último.

No Opúsculo intitulado, *A Natureza do Bem*, editado no ano 405, Agostinho nos dá uma solução imprescindível para o problema do mal ao afirmar que o Bem Supremo é Deus, Nele está a condição para que toda natureza seja boa. Devemos atentar que no léxico agostiniano, natureza pode ser sinônimo de essência. Agostinho, outra vez nessa obra pretende refutar a doutrina maniqueísta e defender as teses do cristianismo, assim como vimos nas aulas anteriores, Mani foi o fundador de um importante movimento gnóstico chamado maniqueísmo, suas teses revelavam a existência de dois princípios, o bem e o mal como substâncias da alma humana.

Conforme Agostinho, existem atributos universais para considerarmos as coisas criadas como boas. Em qualquer que seja a natureza Deus lhe conferiu, *medida, forma e ordem (modus, species, ordo)*, por sua vez, a grandeza de qualquer natureza vai depender do grau dessas três perfeições que as criaturas possuem. E a natureza humana é sempre proporcional ao bem, portanto *medida, forma e ordem* superiores supõem uma natureza superior e, portanto, boa por definição. Assim, se deduz que o mal só pode ser a corrupção de uma das perfeições que a natureza humana possui. A natureza má é aquela cuja medida, forma ou ordem estão corrompidas e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer boa, mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida.

Lê-se abaixo o trecho do Opúsculo, *A Natureza do Bem*, II, 3, onde Agostinho de Hipona, faz a breve refutação sobre a ontologia do mal.

II Exposição pela ordem da razão.

Nós, católicos cristãos, adoramos a Deus, por quem existem todos os bens, grandes ou pequenos, por quem existe todo o modo, grande ou pequeno, por quem existe toda a espécie, grande ou pequena, por quem existe toda a ordem, grande ou pequena. De fato, as coisas são tanto melhores quanto mais moderadas, mais especiosas e mais ordenadas forem, por outro lado, quanto menos modo, menos espécie e menos ordem têm, menos boas são. Assim, estes três aspectos, o modo, a espécie e a ordem (para não falar dos muitos outros que se demonstra dependerem desses três), esses, repito, o modo, a espécie e a ordem, são como que bens genéricos nas coisas feitas por Deus, quer no espírito quer no corpo. Por isso, Deus está acima de todo o modo, de toda a espécie e de toda a ordem da criatura. Não está acima no sentido de distância local, mas sim pelo seu inefável e singular poder, do qual provém todo o modo, toda a espécie e toda a ordem. As coisas em que o modo, a espécie e a ordem são grandes, são grandes bens; as coisas em que são pequenas, são pequenos bens; onde não existem, nenhum bem existe. Finalmente, onde estas três coisas são grandes, são grandes as naturezas; onde são pequenas, são pequenas as naturezas; onde não existem, nenhuma natureza existe. Logo, toda a natureza é boa. Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *A natureza do bem*, II, 3. Introdução, tradução e notas de Mario A. Santiago de Carvalho, Instituto de filosofia, Porto, Portugal, 1992.

ORIGEM DO MAL ESTÁ NO LIVRE ARBÍTRIO DA VONTADE?

Como vimos, Agostinho exclui toda e qualquer possibilidade de substancialidade do mal. O livre-arbítrio da vontade tem a sua posição de bem médio na ordem da criação, portanto, atribuir a Deus a fonte do mal seria cometer um sacrilégio. De fato, toda possibilidade de felicidade humana está na potência da vontade, ao passo que não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade, bem como é correto dizer que o mal moral tem sua origem nas escolhas que o ser humano pode deliberar no livre arbítrio da vontade. Dessa forma, há de se constatar que o mal ganha espaço à medida que o homem, com a vontade corrompida, perde o governo de sua mente racional. Retomaremos atentamente trechos do Diálogo onde o Hiponense atribui a mente o concurso das paixões.

Agostinho - Logo, só me resta concluir: se, de um lado, tudo o que é igual ou superior à mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o

pode, por causa dessa mesma inferioridade, como demonstram as constatações precedentes. Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio.

Evódio - Não vejo conclusão nenhuma tão necessária quanto essa.

Agostinho - Logo, deve te parecer também lógico que a mente seja punida por tão grande pecado.

Evódio - Não o posso negar.

Agostinho - Julgaremos que para mente poderá ser um pequeno castigo ser dominada pela paixão e despojada das riquezas da virtude, tornar-se pobre e desgraçada, ser puxada por ela em todos os sentidos? Às vezes, aprovar a falsidade em vez da verdade; outras vezes, parecer mesmo defender o erro; outras condenar o que até então aprovava; e, não obstante, precipitar-se em novos erros? Numa hora, suspender o seu julgamento até temer as razões que a esclareceriam; noutra, desesperar de jamais encontrar a verdade e mergulhar totalmente nas trevas da loucura. Amanhã, esforçar-se por abrir-se na direção da luz da inteligência, para de novo recair extenuada. Ao mesmo tempo, o império das paixões ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de enfrentar. Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal à vã e falsa alegria; dos tormentos por ter perdido um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja a tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate. E finalmente, quantas outras inumeráveis perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem o seu reinado. Enfim, poderemos considerar como pouca coisa essas penas que necessariamente suportam todos aqueles que não aderem à verdadeira sabedoria, assim como bem o percebe.

Cf. AGOSTINHO DE HIPONA, *O Livre Arbítrio*, II, 11, 21. Tradução, introdução e notas de Nair de Asis Oliveira. São Paulo, Paulus, 1995. (coleção Patrística)

Mesmo considerando a posição de Agostinho de que o mal não tem vigor por si próprio, mas deparamos no cotidiano com situações limites da existência humana; por que o homem dotado de uma mente racional pratica o mal? Ou, em outras palavras, por que o homem se afasta do bem? No *Diálogo sobre a Ordem*, Agostinho escreve que não podemos aproximar da beleza interior envolvidos na exterioridade e na multiplicidade dos sentidos e no frenesi das coisas efêmeras, diz Agostinho, “não me refiro à multiplicidade dos homens, mas de todas as coisas que os sentidos atingem. O Espírito quando disperso de si mesmo, imerso nas paixões que os sentidos o atribuem, é sacudido por certa multiplicidade de coisas e enganado por

uma verdadeira pobreza, assim fica impedido de buscar a unidade, diz o hiponense: *E não se admire de que tanto mais pobre é quem mais coisas deseja ter. "Nec mirere quod eo egestatem patitur magis, quo magis appetit plura complecti.* (Cf. De ordine I, 2,3).

A origem desse movimento da alma que conduz a vontade ao afastamento do bem imutável para assim gozar dos bens mutáveis chama-se *libido* (*desejo*). Essa paixão pode causar movimentos contraditórios no interior da vontade, causando o seu dilema entre o querer e o não-querer, ou seja, entre ser e não-ser, mesmo que a tendência natural da alma é ser e ordem. A vontade fraquejada pela paixão torna a vida débil, perde sua força ao se distanciar da ordem e do Ser. *Em A verdadeira religião, escreve Agostinho, "a vida tende para o nada quando se afasta, por uma degradação voluntária, daquele que a fez e de cuja essência fruía e quando, contra a lei de Divina, quer fruir das coisas corpóreas, às quais Deus a tinha anteposto. E isto é a iniquidade, e não porque o corpo já seja nada. Efetivamente, também o próprio corpo possui alguma concórdia entre as suas partes, sem a qual ele não poderia em absoluto existir"* (Cf. *Verdadeira religião*, II, 11, 21, p. 67).

Visto que a natureza sempre se curva forçosamente em busca do preenchimento de si, ou seja, o desejo é um vazio, uma falta que busca a sua repleção, isso justifica a necessidade de escolher deleitar-se em realidades vantajosas, prazerosas. Assim o desejo se curva diante do amor ignóbil e marca a fronteira entre a finitude humana e a possibilidade do absoluto. Quando a mente é movimentada pelas paixões, mergulhada na estultice de uma vida débil e miserável, o falso fica pelo verdadeiro, portanto não há discernimento, assim o desejo desenfreado torna-se inimigo fiel da boa vontade, confiada aos golpes das paixões.

Vimos que o filósofo mesmo apostando na bondade da natureza humana criada para o bem, não nega a precariedade dessa natureza devido o pecado original. À propósito, diante de uma série de perguntas retóricas, feitas por Evódio no *Diálogo*, encontramos as seguintes ponderações agostinianas:

Agostinho. Talvez, tu me perguntas: Já que a vontade se move, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, de onde lhe vem esse impulso? Por certo, tal movimento é mal, ainda que a vontade livre, sem a qual não se pode viver bem, deva ser contada entre os bens. E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado. Poderemos, porém, designar a Deus como o autor do pecado? Não! E assim, esse movimento não vem de Deus. Mas de onde vem ele? A tal questão eu te contristaria, talvez, se te respondesse que não o sei. Contudo, não diria senão a verdade. Pois não se pode conhecer o que é simplesmente nada. Quanto a ti, contenta-te, por enquanto, de conservar inabalável esse sentimento irremovível de piedade, de modo a professar não ser possível apresentar-se a teus sentidos, nem

à tua inteligência, nem em geral a teu pensamento, bem algum que não venha de Deus.

Com efeito, não pode existir realidade alguma que não venha de Deus. De fato, em todas as coisas nas quais notares que há medida, número e ordem, não hesites em atribuí-las a Deus, como seu autor. Aliás, a um ser ao qual tiveres retirado completamente esses três elementos, nele nada restará, absolutamente. Porque, mesmo se nele permanecesse um começo qualquer de perfeição, desde que aí não encontres mais a medida, nem o número, nem a ordem: visto que em toda parte onde se encontrarem esses três elementos existe a perfeição plenamente realizada – tu deverias retirar mesmo um início de perfeição que parecesse até ser apenas certa matéria oferecida ao artífice para que trabalhe com ela e a aperfeiçoe. Porque – se a perfeição em sua realização completa é um bem – o começo dessa perfeição já é certo bem. Assim, se acontecesse a supressão total do bem, o que restaria não é uma quase nada, mas sim uma absoluto nada. Ora, todo bem procede de Deus. Não há, de fato, realidade alguma que não proceda de Deus. Considera, agora, de onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus. Tal defeito, porém, sendo voluntário, está posto sob nosso poder. Porque, se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se não o quiseres, ele não existirá. Haverá, pois, segurança maior do que te encontrares em uma vida onde nada pode te acontecer quando não o queiras? Mas é verdade que o homem que cai por si mesmo não pode igualmente se reerguer por si mesmo, tão espontaneamente. Cf. AGOSTINHO, *O Livre Arbítrio* II. 20. 54, p. 144.

Ao final dessa lacunosa interrogação, Agostinho deixa transparecer não ser necessário diligenciar em busca da origem do mal, haja vista que, para o referido pensador, a questão já se encontrava elucidada. Em oposição a tal afirmação, Evódio manifesta-se nos seguintes termos: “Concordo com teu desejo de diferir para outro momento o que me preocupa ainda. Mas não concordo com que a questão esteja, como pensas, suficientemente elucidada”. (Cf. AGOSTINHO, *Op. cit.*, II. 20. 54, p. 144). De fato, não seria possível fugir da questão relativa à origem do mal, motivo pelo qual se verifica que a insistência de Evódio se mostra coerente diante dos diversos questionamentos que foram levantados acerca do mal ao longo do *Diálogo*.

Mediante a afirmação de Agostinho de que o livre-arbítrio da vontade é a causa do mal, entendemos que seja pertinente registrar o significado dos termos livre-arbítrio, liberdade e vontade na perspectiva agostiniana. Pois, em Agostinho, não há de confundir, em nenhuma instância, livre-arbítrio com liberdade.

DISTINÇÕES ENTRE LIVRE-ARBÍTRIO E LIBERDADE

“Livre arbítrio é a faculdade de escolha com a qual nascem todos os homens”, a liberdade, é amor ao bem, portanto, quanto mais próximo ao bem, mais livre será a vontade humana. Há de se anotar ainda que, em Agostinho, “a liberdade é a vontade unida à graça. Trata-se de uma liberdade teológica, das relações do ser humano com Deus, que têm consequências de ordem social e individual”. Cf. CUNHA, Mariana Palozzi Sérvulo. *O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.93

Nesse sentido, fica patente a postulação agostiniana de que a liberdade decorre da eleição do bem apreendido pelo intelecto e aderido pela vontade, pois de tal sentença conclui, entre outras coisas, o seguinte: a lei só poderá ser considerada uma coação da liberdade para quem não consiga ver nela a sua bondade intrínseca. Desse modo, a liberdade tem um papel relevante na vontade, “visto que na liberdade o livre-arbítrio está orientado em direção ao bem, e que a função da graça é impulsionar o ser humano nessa direção, não há oposição entre a liberdade e a graça, e é através da graça que o ser humano adquire a liberdade”. Cf. CUNHA, M. P.S. *Op. cit.*, p.91. Entendemos, pois, que para Agostinho, o livre-arbítrio é um elemento da vontade. É ela que, quando corrompida, impulsiona o homem a escolher o que é mal, sendo certo que esta faculdade se opera pelo livre-arbítrio. Como dissemos, a vontade não é um mal, mas um bem médio no topo da hierarquia das coisas criadas. Assim, o homem recebe do Criador uma vontade boa que o conduz a viver com retidão e honestidade.

Ainda retomando a leitura do Livro I do Diálogo sobre o livre arbitrio, Agostinho quer responder as indagações de Evódio sobre o significado de boa vontade.

Agostinho - E assim, pergunto-te: Existe em nós alguma vontade?

Evódio - Não o sei dizer.

Agostinho - E queres sabê-lo?

Evódio - Também o ignoro.

Agostinho Então, nada mais me perguntes de agora em diante.

Evódio - Por quê?

Agostinho - Porque não devo responder às tuas perguntas, a não ser que queiras conhecer as respostas. Além do mais, se não queres chegar à sabedoria, é inútil conversar contigo sobre tais questões. Enfim, não mais poderá ser meu amigo, se não me quiseres bem. Pelo menos, considera o seguinte, em relação a ti mesmo: não tens vontade alguma de levar vida feliz?

Evódio - Vejo que não se pode negar que todos tenhamos desejo disso. Continua, vejamos o que queres concluir por aí.

Agostinho - Eu o farei. Mas, antes, dize-me ainda: tens consciência de possuir boa vontade?

Evódio - O que vem a ser a boa vontade?

Agostinho - É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria. Considera agora, se não desejas levar uma vida reta e honesta, ou se não queres ardentemente te tornar sábio. Ou pelo menos, se ousarias negar que temos a boa vontade, ao querermos essas coisas.

Evódio - Nada disso eu nego, porque admito que não somente tenho uma vontade, mas, ainda, uma boa vontade.

Agostinho - E que apreço dás a essa boa vontade? Achas que se possa compará-la de algum modo com as riquezas, com as honras ou com os prazeres do corpo, ou ainda, com todas essas coisas reunidas?

Evódio - Deus me livre de loucura tão perniciosa.

Agostinho - Ser-nos-á preciso, então, alegrar-nos só um pouco, por possuímos em nosso espírito esse tesouro, quero dizer, essa boa vontade? Em comparação a ela, seria preciso julgar dignos de desprezo todos aqueles outros bens sobre os quais nos referimos. No entanto, para a sua posse, vemos multidão de homens não recuar diante de nenhum cansaço, de perigo algum.

Evódio - É preciso alegrar-nos e muito, por possuímos a boa vontade.

Agostinho - Pois bem! E aqueles que não desfrutam dessa alegria, sofrerão apenas pouco dano, pela privação de tão grande bem?

Evódio - Ao contrário, seria para eles o maior de todos os danos.

Agostinho - Portanto, penso que agora já vês: depende de nossa vontade gozarmos ou sermos privados de tão grande e verdadeiro bem. Com efeito, haveria alguma coisa que dependa mais de nossa vontade do que a própria vontade? Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo. E ao contrário, a quem não a possui, falta-lhe, sem dúvida, algo que ultrapassa em excelência todos os bens que escapam a nosso poder. Bens esses que, se escapam a nosso poder, ela, a vontade sozinha, traria por si mesma. Por certo, um homem não se considerará muito infeliz se vier a perder sua boa reputação, riquezas consideráveis ou bens corporais de toda espécie? Mas não o julgarás, antes, muito mais infeliz, caso tendo em abundância todos esses bens, venha ele a se apegar demasiadamente a tudo isso, coisas essas que podem ser perdidas bem facilmente e que não são conquistadas quando se quer? Ao passo que, sendo privado da boa vontade – bem incomparavelmente superior –, para reaver tão grande bem, a única exigência é que o queira!

Evódio - Nada há de mais verdadeiro.

Agostinho - É, pois com toda justiça que os homens insensatos padeçam aquela miséria de que falamos. E isso mesmo sem nunca terem sido sábios é questão problemática e bem obscura.

Evódio – Concordo.

(Cf. Agostinho, *Diálogo sobre o livre arbitrio* I, 12, 25)

Mesmo diante da boa vontade, um dom concedido à humanidade pelo Sumo Bem, é possível ao homem, repita-se, pelo livre-arbítrio, optar pelo afastamento do bem, fato este que demonstrará falta de sabedoria em seu comportamento. A má vontade, portanto, é uma escolha que o homem faz, haja vista que ele não está fadado ao mal.

CONCLUSÃO

Conforme vimos nesta aula, com a ajuda do neoplatonismo Agostinho alcança uma explicação ontológico-estético-filosófico-teológica para o problema do mal, onde responde à questão: «Qual a origem do mal»? Portanto, chega à conclusão de que o mal não forma uma substância ou natureza, mas, ele é privação ou corrupção do ser – o não-ser. Assim sendo, a origem ou causa do mal no homem é justamente a questão que dá início ao diálogo entre Agostinho e ao seu interlocutor Evódio, quando este, depois de ouvir do mestre que Deus não é o autor do mal, mas autor de todo bem e, cujo universo físico não há espaço para o mal, ainda se indaga sobre a questão: se o mal não vem de Deus, pois de onde vem a ideia de praticarmos o mal? Para Agostinho, a origem do mal está na má vontade, o pecado. Uma vez demonstrado que não existe necessitarismo algum, nem em Deus e nem no homem e que a má vontade é única causa do pecado, por sua vez, pode ser definido como causa e efeito do pecado. E a vontade seria mal doado por Deus? Deus deu a livre vontade ao homem unicamente com o objetivo de que este possa utilizar-se dela para viver com retidão.



RESUMO

A aula visa problematizar a questão do mal na filosofia de Agostinho, sobretudo, na obra *Diálogo sobre o livre arbitrio*, onde agostinho procura relacionar a origem do mal a liberdade. A compreensão agostiniana de que a criação é substancialmente boa depende-se do fato de que, para Agostinho, o homem foi criado por Deus que, por ser o Bem Supremo, não criou nada que seja ontologicamente mal. Tudo o que existe no universo, segundo Agostinho, procede de Deus, mas esse fato não im-

pede a experiência do mal a que o homem está sujeito desde a infância. Com efeito, é isso que angustia Agostinho quando se depara com a sua precoce experiência com o mal. Em *Confissões*, há de se notar, portanto, que a análise ontológica do mal de Agostinho passa do particular (suas próprias experiências) para o universal. Assim Agostinho passa a articular a questão do mal no plano metafísico para obter argumentos mais sustentáveis sobre a sua não substancialidade. O mal para Agostinho não se sustenta metafisicamente, portanto é não-ser.

Palavras chaves: mal, metafísica, moral, Agostinho



Responder as seguintes questões:

1. Diz Agostinho: “O amor é o peso e gravidade da Alma”. Portanto, a infelicidade surge do valor e da intensidade do amor que atribuímos as coisas. Em que sentido o amor é o princípio do agir humano, a força motriz na moralidade Agostiniana? Comente.
2. O reconhecimento de uma “reta ordem da razão” que dirige a vontade humana para seus fins poderá conduzir o ser humano ao seu fim último. Por isso, a vontade é um bem médio, guiado pela razão que conduz a alma ao Bem Supremo. Fazer uma exposição das principais teses do Livre Arbítrio de Agostinho.
3. O livre arbítrio é um elemento da vontade, é ela que, quando corrompida, impulsiona o homem a escolher o que é mal. Nesse sentido, o livre arbítrio seria o impedimento para se alcançar a verdadeira felicidade?
4. Por que na doutrina agostiniana o mal é não-ser? Argumente essa posição de Agostinho.

SUGESTÃO DE PESQUISA

Revista Mirabilia - UFES
http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2010_02_04.pdf
Ensaio filosóficos - Cogito
<https://cogitoinexcelsius.wordpress.com/2010/10/16/santo-agostinho-e-o-problema-do-mal/>



PRÓXIMA AULA

Linguagem e mística no pensamento de Dionísio Pseudo-Areopagita

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO DE HIPONA, **Confissões**. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Introdução de Manuel Barbosa da Costa Freitas. 2ª edição, edição bilingue português/latim. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004.
- AGOSTINHO DE HIPONA, **O Livre Arbítrio**, Tradução, introdução e notas de Nair de Asis Oliveira. São Paulo, Paulus, 1995. (coleção Patrística).
- CUNHA, Mariana Palozzi Sérvulo. **O movimento da alma: a invenção por Agostinho do conceito de vontade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho**. Porto Alegre, EDIPUCRS/UNICAP, 2002
- SILVA, Ivan de Oliveira. **Santo Agostinho e o problema do mal**. São Paulo, editora Pilares, 2008
- MATTHEWS, Gareth B. Santo Agostinho. Lisboa, Edições 70, 2008.
- VAZ, Henrique C. Lima. **Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica 1**. São Paulo: Loyola, 1999.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Introdução ao pensamento Ético-Político de Santo Agostinho**. São Paulo: Loyola, 2009.